as pessoas participantes ativos do processo responsável e civilizatório".

Através desse pensamento, nota-se que a qualidade da educação quando se trata da sociedade consegue ser premissa indispensável para o desenvolvimento. Portanto, a educação no seu direito tem o dever de ser vislumbrado como um método fundamental para se ter uma vida digna.

REFERÊNCIAS

Art. 6 dos DIreitos Sociais. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm#:~:text=Art.%206 %C2%BA%20S%C3%A3o%20direitos%20sociais,desamparados%2C%20na%20for ma%20desta%20Constitui%C3%A7%C3%A3o> Acesso em: 17/02/2022

Art. 205 da Constituição Federal de 1988. Disponível em: https://www.jusbrasil.com.br/topicos/1241734/artigo-205-da-constituicao-federal-de-1988> Acesso em: 17/02/2022

AZEVEDO, Rodrigo. A História da Educação no Brasil: uma longa jornada rimo à universalização. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/educacao/ahistoria-da-educacao-no-brasil-uma-longa-jornada-rumo-a-universalizacao-

84npcihyra8yzs2j8nngn8d91/#:~:text=Uma%20educa%C3%A7%C3%A3o%20focad a%20exclusivamente%20na,primeiros%20jesu%C3%ADtas%20desembarcaram%20 na%20Bahia.&text=Para%20educar%20os%20ind%C3%ADgenas%2C%20Anchieta ,a%20m%C3%BAsica%20e%20a%20poesia> Acesso em: 12/02/2022

GUIMARÃES, Grazielly dos Anjos. Direito à educação e o dever de educar-se. Disponível em: <https://www.migalhas.com.br/depeso/307328/direito-a-educacao-eo-dever-de-educar-se> Acesso em: 13/02/2022

Lei 9.394 – Lei Diretrizes e Bases da Educação Nacional, promulgada em 20 de dezembro de 1996

MARTINS, Vicente. Educação na Constituição de 1988: O artigo 205. Disponível em: <https://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/479/Educacao-na-Constituicao-de-1988-O-artigo-205> Acesso em: 07/02/2022

NOVO, Benigno Nüñez. Direito à educação. Disponível em: <https://meuartigo.brasilescola.uol.com.br/educacao/direito-educacao.htm> acesso em: 17/02/2022.

A ALFABETIZAÇÃO E O LETRAMENTO NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA)

SANDRA GUANDELINI

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo tratar da importância de adequações dos currículos voltados a Educação de Jovens e Adultos (EJA), que atendam as especificidades destes educandos. Os alunos desta modalidade de ensino têm necessidades diferentes dos demais, sendo às vezes submetidos às adequações do currículo do ensino regular. Será demostrado um pouco da trajetória da Educação de Jovens e Adultos dentro de um currículo específico da modalidade. Sendo assim, um currículo adequado a essas necessidades poderá contemplar as singularidades da pessoa jovem, adulta ou idosa, causando a unificação das diversidades presentes no universo desses sujeitos, considerando suas origens, culturas, saberes, conhecimentos e projetos de vida.

Palavras-chave: Alfabetização, Jovens e Adultos, Currículo, Dificuldades de Aprendizagem.

ABSTRACT

This article aims to address the importance of adapting curricula aimed at Youth and Adult Education (EJA), which meet the specificities of these students. Students in this type of education have different needs from others, and are sometimes subjected to adjustments in the regular education curriculum. A little of the trajectory of Youth and Adult Education will be demonstrated within a specific curriculum of the modality. Thus, a curriculum suited to these needs may contemplate the singularities of the young, adult or elderly person, causing the unification of the diversities present in the universe of these subjects, considering their origins, cultures, knowledge, knowledge and life projects.

Keywords: Literacy, Youth and Adults, Curriculum, Learning Difficulties.

INTRODUÇÃO

O artigo apresentado tem como objetivo chamar a atenção acerca da necessidade de adequações dos currículos voltados a Educação de Jovens e Adultos (EJA), compreender que estes educandos por diversos motivos deixaram de concluir os anos de estudos re-

gulares por falta de recursos próprios e/ou por motivos familiares, bem como a necessidade de uma formação específica dos docentes que atendem esse público de ensino.

A EJA representa a probabilidade do resgate social, cessado no tempo em que o indivíduo deveria ter acesso à educação básica, como também o domínio da leitura e da escrita sendo esses bens sociais, como relata as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação de Jovens e Adultos (2000).

Esta modalidade de ensino demanda uma visão diferenciada por abordar situações e práticas de reflexão para melhoria do conhecimento e da aprendizagem, referindo à escolarização em seu sentido literal.

Para que haja o desenvolvimento dessa modalidade, o educador se torna o elemento fundamental, podendo ter o privilégio de ser o responsável pelo letramento do jovem e adulto que se encontra defasado na aprendizagem. Ele deve observar o sujeito aprendiz em sua totalidade, levando em consideração sua bagagem de vida e visão de mundo. Compreender que, há entre os discentes, características diversas no modo de assimilação e tempo para que essa aprendizagem aconteça de forma colaborativa e significativa, onde o aluno se torna corresponsável da sua própria aprendizagem.

Sendo assim, um currículo adequado a essas necessidades poderá contemplar as singularidades da pessoa jovem, adulta ou idosa, causando a unificação das diversidades presentes no universo desses sujeitos, considerando suas origens, culturas, saberes, conhecimentos e projetos de vida. Dessa forma, repensar um currículo elaborado e adequado a essa modalidade, ou seja, ao EJA e não uma adaptação do currículo do Ensino Regular.

Torna-se assim, necessária uma reflexão mais profunda de como será o atendimento desse indivíduo no âmbito escolar, pois é a escola a maior responsável por formar seres críticos e criativos, capazes de atuarem ativamente no processo de transformação e construção da nova realidade.

A EJA E SUA HISTÓRIA

A Educação de Jovens e Adultos no Brasil, não foi algo muito simples de ser realizado, na verdade foi um projeto que derivou de grande esforço devido às diversas mudanças que estavam ocorrendo no sistema educacional brasileiro. A falta de propostas sobre a realidade social e a capacidade cognitiva de cada indivíduo envolvido nesse processo, traziam dúvidas a respeito de como seria construído o seu conhecimento.

Baseado no artigo 205 da Constituição Federal, a educação é um direito para todos. Devendo a família e o Estado zelar pela educação dos educandos.

A educação direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1998).

É a partir de 1940 que tudo começou na Educação de Jovens e Adultos, é nessa época, que se dá início a Política Educacional Nacional, como aponta Ribeiro (2001, p.59), "se constituiu como política educacional". Em seu texto, ele nos mostra um pouco da história e da importância de se entender quem eram os sujeitos da aprendizagem, como eles deveriam aprender e o que significaria esse aprendizado aos educandos.

Como função do processo de aprendizagem ele nos trás uma abordagem, sócio-construtivista, evidenciando o que ocorria com os indivíduos, em suas relações sociais, construídas individual e coletivamente. Trazendo à lembrança Paulo Freire que, afirmava que a Educação de Jovens e Adultos deveria acontecer de maneira crítica e reflexiva, inserindo o indivíduo em todo o processo, fazendo sua própria autocrítica.

A Educação de Jovens e Adultos passou então a partir desse momento, ou seja, dos anos 40 a ser tratada como um "sistema diferenciado e significativo" para a educação nacional. Desde então, o seu desenvolvimento como sistema educacional vem melhorando diariamente.

Não se tornou uma política educacional que ficou apenas nos bastidores governamentais, mas por conta da defasagem da aprendizagem e a inauguração das indústrias no Brasil durante a gestão de Getúlio Vargas e com a colaboração da própria população brasileira que as políticas públicas a respeito da Educação de Jovens e Adultos tomaram forças e foram implantadas em nosso país.

Além disso, após Getúlio Vargas ser deposto em 1945, ocorre por parte da UNESCO novas cobranças e conforme Haddad (2000, p.111) relata, "denunciava o mundo as profundas desigualdades entre os países e alertava para o papel que deveria desempenhar a educação, em especial a educação de adultos no processo de desenvolvimento das nações" sendo estabelecidas metas para alfabetização, ocasionando um enorme impulso no desenvolvimento da Educação de Jovens e Adultos.

Haddad (2000, p.111) complementa:

(...) a agora a característica do desenvolvimento das potencialidades individuais, e, portanto, como ação de promoção individual, a Educação de Adultos, passa a ser uma condição necessária para que o Brasil se realizasse como nação desenvolvida (...).

Não deixando de fazer referência aos interesses políticos que rodeavam o assunto que tornou-se motivo de especulação de muitos, pois o grau de analfabetismo colocava o país como se fosse subdesenvolvido e não se permitia mais ocultar o pouco esforço empregado pelas autoridades do momento para melhoria da educação nesta modalidade.

Porém, é em 1947 que aparece um movimento que ampara um processo de desenvolvimento para o ensino de Jovens e Adultos no país, este, chamado de Serviço de Educação de Adultos, o SEA, que atuaria interessado na educação do adulto, para isso seria criado junto a ele o Curso Primário para adultos, com profissionais capacitados. "(...) e lançamento fez que houvesse o desejo de atender apelos da UNESCO em favor da educação popular. (...)" (PAIVA, 1987, p.178).

O movimento popular marca intensamente esse período na Educação de Jovens e Adultos, que é fortalecida pelas ações educativas e políticas, através dos programas de interesse inseridos na EJA, segundo o que declara Ribeiro:

(...) A criação do Fundo Nacional do Ensino primário em 1942 do Serviço de Educação de Adultos, da Campanha de Educação de Adultos, ambos de 1947, da Campanha de Educação Rural, iniciada em 1952 e da Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo, em 1958. (RIBEIRO, 2001, p.59).

A supervisão da UNESCO motivou um grande questionamento sobre o analfabetismo no Brasil, fazendo com que todos os órgãos governamentais brasileiros saíssem na busca de entender o processo de Educação de Jovens e Adultos, pois ela estava totalmente ligada ao desenvolvimento do país sendo que, o profissional analfabeto não contribuiria com eficácia na recuperação do atraso econômico e industrial brasileiro.

No período militar, que denota-se 1967 cria-se o Mobral – Movimento Brasileiro de Alfabetização "(...) fruto do trabalho e realizado por grupo interministerial que buscou uma alternativa ao trabalho da cruzada ABC (...)" (HADDAD, 2000, p. 114), embora em partes sido o projeto reestruturado para o conforto do governo militarista, pois o que se esperava era trabalhar a aprendizagem dos indivíduos apenas do lado pedagógico do ler e escrever, porém não capacitando a mão de obra para ser autocritica e autônoma.

Em 1971, cria-se o Supletivo que veio com a expectativa de acrescentar melhorias a escolarização e o analfabetismo, com a ideia de trazer a sala de aula os indivíduos que ainda não haviam conseguido concluir seus estudos no período regular, em idade certa. Este foi instituído pela lei 5.692/ 7, tinha como objetivo atingir aqueles que necessitavam dessa formação e tinham passado do tempo ideal, trazia consigo uma escolarização tardia e amenizava as atividades educativas para suprir as deficiências escolares.

A EJA E SUA FINALIDADE

Com a urgência em criar-se medidas sócio-educacionais e para a diminuição dos problemas gerados pela precariedade de muitas famílias, uma alternativa foi à criação de uma educação que fosse voltada e alcançasse jovens e adultos sem escolaridade ou com defasagem dela.

Muitas campanhas começam a surgir com visões e propostas diferentes com a intenção de transformar a educação de certa maneira numa educação igualitária e para todos. Com isso, há o oferecimento de diversos programas para erradicar o analfabetismo no país, e com essas melhorias buscar a imagem ideal para ele, cria - se também políticas para melhorar as condições de vida do povo brasileiro, tornando-o um pouco mais reflexivo em relação ao que vinha sendo trabalhado. "(...) antes apontado como causa da pobreza e da marginalização, o analfabetismo passou a ser interpretado como efeito da pobreza gerada por uma estrutura social não igualitária (...)" (Cunha, 1999, p.12).

Através dos esforços políticos que ocorreram no Brasil, surgem as campanhas e os movimentos de Educação de Jovens e Adultos e entre os mais conhecidos estão: o Movimento de Educação de Base, o Movimento de Cultura Popular de Recife, "De pé no chão também se aprende a ler", de Natal e o Plano Nacional de Alfabetização do Ministério da Educação e Cultura, entre muitos outros.

Todos esses movimentos voltados ao ensino deste público específico passam a valorizar o educando e os conhecimentos que ele trás e assim dá acesso a novas conquistas e conhecimentos.

Essa valorização e conscientização dos indivíduos passam a aumentar sua autoestima, deixando a educação de ser apenas algo assistencialista, e o educando começa a entender que a escola torna-se o lugar onde ele encontrará o preparo intelectual e social, preocupando-se também com as questões físicas de cada um.

Como muitos vinham diretamente de seus trabalhos para estudarem, pensou-se em uma proposta diferenciada para o atendimento deste publico, evitando com isso a evasão escolar, gerando mudanças positivas sociais exclusivas para a EJA.

Essa educação dita popular serviu para atender as muitas reivindicações feitas pela população menos favorecidas e por muitos excluídas em seus direitos. E vale lembrar que antes do aparecimento da Educação de Jovens e Adultos, muitos outros movimentos surgiram para engrossar a luta da sociedade contra o analfabetismo de pessoas que

eram prejudicadas em relação aos estudos, devido o seu baixo poder de aquisição, por se encontrarem em situação de vulnerabilidade e trabalho, sendo importante também a criação de um quadro educacional voltado exclusivamente a esse público adulto.

Brandão (1984, p.52) em sua fala coloca a Educação de Adulto em outro patamar comparando-a com outros grupos sociais:

Durante um período de cerca de 20 anos do mesmo modo como aconteceu em outros domínios de trabalhos sociais com setores populares, a Educação de Adultos passou de uma ênfase na integração de indivíduos na sociedade para a outra, cujo objetivo era atuar sobre grupos e comunidades que educados, organizados e motivados assumissem em seu nível, o seu papel no processo de desenvolvimento.

E foi Paulo Freire que, com o seu pensamento pedagógico e sua proposta de alfabetização de adultos que inspirou os programas de educação popular e alfabetização efetuados no país nas décadas passadas, ou seja, meados dos anos 60. Ele criticou a educação bancária que classificava o analfabeto como pária e ignorante, uma gaveta vazia onde o educador depositava o conhecimento. Com a elaboração da proposta de alfabetização de adultos, acreditava que ela seria uma proposta que conscientizaria o individuo receptor, no caso o aluno a receber a informação e o principio era – "A leitura do mundo precede a leitura da palavra". (FREIRE, 1981, p. 11).

Reconhecer que, a EJA tem Paulo Freire como referência do que mais deu sentido a sua existência, é admitir tempos de lutas que perduram até hoje na busca de qualificar uma educação que pretende ensinar, alfabetizar, dar poder de autocritica, modificar o pensamento, formar cidadãos capacitados e valorizar o ser humano como um todo, com suas experiências de vida e capazes de conhecer e apreciar o novo e não somente conhecer ou reconhecer palavras impostas por cartilhas dentro de uma educação formal, mas dar ênfase as diferenças e saberes trazidos pela vivência dos educandos e entender que somente com a cooperação de todos os envolvidos pode-se construir um currículo que amparará uma educação de qualidade.

A ALFABETIZAÇÃO E O LETRAMENTO NA EJA

O processo de alfabetização consiste no desenvolvimento da habilidade da leitura e da escrita, não somente de palavras como também numérica. É com a alfabetização que o individuo adquiri a capacidade de socialização, já que obtém a troca de bens culturais e sociais.

Quando fala-se do individuo alfabetizado, não confundir esse essencialmente com um indivíduo letrado. O alfabetizado sabe ler e escrever, já o letrado sabe ler e escrever através de um contexto social, ou seja, o que tem vivido em seu cotidiano.

Para Morais e Albuquerque, (2007, p.15):

Alfabetização – processo de aquisição da "tecnologia da escrita", isto é do conjunto de técnicas – procedimentos habilidades - necessárias para a prática de leitura e da escrita: as habilidades de codificação de fonemas em grafemas e de decodificação de grafemas em fonemas, isto é, o domínio do sistema de escrita (alfabético ortográfico).

Nas escolas brasileiras as opiniões entre alfabetização e letramento se misturam e se divergem, pois existe sempre uma barreira entre esses dois conceitos que são para Educação de Jovens e Adultos de total importância já que o individuo que já está defasado em sua escolaridade trás consigo uma grande bagagem de vida que não pode ser ignorada, então junta-se os princípios de alfabetização no desenvolvimento das habilidades da leitura e escrita, às praticas sociais que estão inseridas a língua escrita, que é o letramento.

Na EJA alfabetizar letrando é, doutrinar o ler e escrever na totalidade das práticas sociais da leitura e da escrita, assim o indivíduo será alfabetizado e letrado dentro de uma estrutura formativa e social, visando o grupo onde ele está sendo inserido, ficando então o letramento como processo de admissão à uma cultura letrada.

Paulo Freire em Educação como Prática da Liberdade (1983, p.111), com relação à educação de adultos afirma que:

Implica não em uma memorização visual e mecânica de sentenças, de palavras, de sílabas desgarradas de um universo existencial [...] mas numa atitude de criação e recriação. Implica numa auto-formação de que possa resultar uma postura interferente do homem sobre seu contexto. Dai que o papel do educador seja fundamentalmente dialogar com o analfabeto, sobre situações concretas, oferecendo-lhe simplesmente os instrumentos com que ele se alfabetize.

Para a EJA a escola é o ambiente apropriado para o desenvolvimento de uma consciência critica no educando, pois é através da leitura de mundo e dos códigos escritos que são inseridos a um sentido social e ao processo de alfabetização. A partir desse raciocínio indagam Morais e Brito (2010, p. 01):

A aquisição da leitura e da escrita implica, portanto, uma questão de cidadania, ao tempo que se revela como uma forma de inclusão social, ao possibilitar-nos a capacidade criadora e o posicionamento crítico do mundo no qual estamos inseridos. Desse modo, o domínio da língua oral e escrita am-

plia nossos horizontes, proporcionando-nos, sobretudo o acesso à informação e à produção do conhecimento.

Deve-se entender que todos os indivíduos estão inseridos em uma sociedade letrada e, portanto, participantes do contato com os códigos da língua escrita, partindo dessa perspectiva não deve-se ignorar os saberes que cada educando trás consigo para a sala de aula, reconhecer que não são folhas em branco onde os professores irão inserir as primeiras impressões dos códigos escritos, eles trazem para as salas de aula uma bagagem de conhecimentos e experiências.

É preciso fortalecer a EJA como sendo uma verdadeira modalidade de ensino, oriunda de uma política social, educacional e cultural maior, que visa colocar no centro da reflexão um conjunto de pessoas – de cidadãos específicos – onde todos têm um nome, um endereço, uma vontade política e o desejo de conhecer e praticar a sua verdadeira visão de mundo, num processo de enxergar a si próprio e a todos pelas lentes dos seus próprios olhos, e não pelas lentes dos outros, daqueles que oprimem e estão a serviço da dominação. (SANTOS; AMORIM, 2016, p. 125).

Contudo é com base nas diferentes concepções sobre alfabetização e letramento, que pode-se denotar a necessidade de alfabetizar em uma perspectiva de letramento, ao trazer os conhecimentos prévios desses jovens e adultos faz-se que tornem parte do processo de ensino aprendizagem e não pode-se negar que realmente o são, deixando de infantiliza-lo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo apresenta a trajetória vivenciada por alguns indivíduos em relação à alfabetização e letramento na Educação de Jovens e Adultos (EJA), procurou-se reconhecer a importância de valorizar o educando como um todo, onde ele é a parte integrante dessa educação. Muitos pensadores e autores tiveram uma grande contribuição para a finalização desse estudo. Contudo sempre colocar em primeiro lugar o mais interessado que é o educando.

Cada docente exerce um papel de fundamental importância nessa formação da sociedade, podendo ser um instrumento do processo educacional para a reprodução da cultura interativa e integrada, onde as desigualdades são expostas, trabalhadas e experimentadas como um componente da problemática e reforço para a busca da solução desta, a prática de uma educação emancipatória, crítica e política, traz aos educandos um papel de protagonistas de suas histórias, utilizando o que eles trazem como experiências de vida para promover uma educação libertária, onde os mesmos se utilizem desses conhecimentos agora sistematizados em suas práticas cotidianas. Nessa perspectiva de mudança ou manutenção dos ideais sociais e culturais, no sentido da alfabetização e crescimento pessoal dentro da sociedade.

REFERÊNCIAS

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Educação Popular. São Paulo, Brasiliense, 1984.

CUNHA, Maria Conceição da. Introdução - discutindo conceitos básicos. In SEED-MEC Salto para o futuro – Educação de jovens e adultos. Brasília, 1999.

FREIRE, Paulo, A Educação como prática da liberdade. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 22ª Ed. 1981 e 1983.

FREIRE, Paulo. Ação cultural para a liberdade e outras escritas. 11ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

HADDAD, Sérgio e DI PIERRO, Maria Clara. Escolarização de jovens e adultos. Revista Brasileira de Educação, São Paulo, mai. / jun./Jul./Agosto 2000, nº 714.

Disponível em: Acesso em: 24/ 11/ 16.

MORAIS, Artur Gomes de; ALBUQUERQUE, Eliana Borges Correia de.

Alfabetização e letramento. Construir Notícias. Recife, PE, p. 5-29, nov./dez, 2007.

MORAIS, Georgyana Andréa Silva; BRITO, Antônia Edna. Prática Pedagógica Alfabetizadora: questões de letramento. Disponível em:

<http://www.leg.ufpi.br/subsiteFiles/ppged/arquivos/files/eventos/even.

3_GT.4/5_Georgyanna%20Andr%C3%A9a%20Silva%20Morais%20e%20Antonia%2 0Edna%20Brito.pdf> Acesso em 13 ago. 2018.

PAIVA, Vanilda. Educação de popular e educação de adultos. São Paulo, Edições Loyola, 1987.

RIBEIRO, Vera Masagão, JOIA, Orlando, PIERRO, Maria Clara Di. Visões da educação de Jovens e Adultos no Brasil. Cadernos Cedes, ano XXI, nº 55, novembro/2001. Disponível em: www.scielo.be/pdf/cedes/v21n55/5541.pdf>. Acesso em 17/ 11/2016.

SANTOS, Andreia de Santana; AMORIM, Antônio. O currículo e a Educação de Jovens e Adultos: a perspectiva crítica em foco. Revista de Educação PUCCampinas, [s.l.], v. 21, n. 1, p.117-126, 4 maio 2016. Cadernos de Fe e Cultura, Oculum Ensaios, Reflexão, Revista de Ciências Medicas e Revista de Educação da PUC-Campinas. http:/ dx.doi.org/10.24220/2318-0870v21n1a2787.